

# Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil: abrangência, inclusão e impactos da conclusão em indicadores de trabalho e renda

Katcha Poloponsky<sup>1</sup>

Fundação Roberto Marinho  
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

[katcha.poloponsky@frm.org.br](mailto:katcha.poloponsky@frm.org.br)

Paloma Santos

Fundação Itaú  
São Paulo, SP, Brasil

[paloma.a.lima-santos@fundacaoitau.org.br](mailto:paloma.a.lima-santos@fundacaoitau.org.br)

Alysson Portella

Inspere  
São Paulo, SP, Brasil

[alyssonportella@gmail.com](mailto:alyssonportella@gmail.com)

Carolina Veronesi

Inspere  
São Paulo, SP, Brasil

[carolina.veronesi@gmail.com](mailto:carolina.veronesi@gmail.com)

Julia Teixeira

Fundação Roberto Marinho  
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

[julia.teixeira@frm.org.br](mailto:julia.teixeira@frm.org.br)

## Resumo

O estudo analisa os determinantes de matrículas e evasão na EJA e o impacto da conclusão da modalidade na empregabilidade e renda, com dados da PNAD Contínua e do Censo Escolar. Utilizamos pareamento por escore de propensão para analisar o impacto no mercado de trabalho e modelos de regressão para o cálculo dos determinantes de matrículas e evasão na EJA. Os resultados indicam aumento na formalização e na renda entre os mais jovens. Considerando que, em 2023, mais de 68 milhões de brasileiros com 18 anos ou mais não haviam concluído a educação básica, a análise das tendências de atendimento à demanda e dos perfis atendidos pela política é essencial para fortalecer a EJA. A pesquisa discute ainda os desafios das políticas educacionais para cumprir suas funções reparadora, equalizadora e qualificadora, conforme o Parecer CNE/CEB nº 11/2000, e a necessidade de uma educação contínua e inclusiva.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos (EJA); direito à educação; Avaliação de impacto; empregabilidade;

---

<sup>1</sup> São coautores do estudo: Rosalina Soares (Superintendente de Conhecimento da Fundação Roberto Marinho), Roberto Catelli (Coordenador da área de Educação de Jovens e Adultos da Ação Educativa), Daniel Aith (Analista de monitoramento e avaliação da Fundação Itaú) e Pedro Soares (Mestrando em Teoria Econômica pela FEA-USP).

## **1 Introdução**

Em 2023, cerca de 68 milhões de brasileiros com 18 anos ou mais não haviam concluído a educação básica e estavam fora da escola — o que representava aproximadamente 42% dessa faixa etária. Dentre eles, 11 milhões eram analfabetos. Mesmo entre os mais jovens (15 a 29 anos), esse número é significativo: 9,2 milhões estão fora da escola, cerca de 19% deles. Esses números evidenciam a urgência de garantir o direito à educação para um amplo contingente da população. As desigualdades de acesso, permanência e conclusão da educação atingem sobremaneira grupos já em desvantagens socioeconômicas, como a população negra e de baixo estrato econômico, gerando desvantagens cumulativas ao longo das suas trajetórias (Hasenbalg, 1979).

Para romper este ciclo, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) busca reparar tais desigualdades através da inclusão educacional daqueles que não concluíram a educação básica. A EJA atende um público marcado por grande diversidade de trajetórias e necessidades educacionais. Em 2024, o Censo Escolar registrou cerca de 2,4 milhões de matrículas na modalidade, em queda desde 2007. Os estudantes são majoritariamente negros, residentes em áreas urbanas, com quase metade estando na faixa entre 19 e 29 anos. Grande parte trabalha, possui baixa renda domiciliar *per capita* e muitos são cônjuges ou chefes de domicílio, acumulando responsabilidades econômicas e familiares que afetam sua permanência e inserção qualificada no mundo do trabalho.

Nesse contexto, uma política pública bem estruturada para a EJA tem potencial de beneficiar amplamente a população brasileira. No entanto, a modalidade enfrenta desafios persistentes: investimentos insuficientes e baixa prioridade nas políticas públicas (Catelli et al., 2015), refletidos na baixa cobertura e instabilidade das matrículas. Embora a Constituição reconheça o direito à educação para jovens e adultos que não concluíram a educação básica, o Brasil ainda encontra dificuldades estruturais para ampliar essa oferta e garantir que a EJA cumpra suas funções reparadora, equalizadora e qualificadora, conforme definido no Parecer CNE/CEB nº 11/2000.

A função reparadora exige que o Estado reconheça e corrija a exclusão escolar histórica de parte da população. A função equalizadora propõe garantir acesso e permanência na educação básica para todos, com atenção às especificidades de grupos historicamente minorizados. Já a função qualificadora está associada à oferta de aprendizagens relevantes em qualquer momento da vida, articuladas às demandas sociais e profissionais dos sujeitos.

Este estudo analisa a abrangência da EJA no Brasil, os perfis atendidos pela política pública, as tendências de cobertura e os fatores associados à matrícula, evasão ou conclusão. Em seguida, investiga os impactos da conclusão da educação básica pela EJA sobre as condições de trabalho. A partir da pergunta “a EJA impacta a empregabilidade e a renda dos indivíduos que concluem essa modalidade no Brasil?”, a pesquisa busca gerar evidências para o aprimoramento das políticas públicas.

Compreender os determinantes da conclusão, o alcance da política e seus efeitos sobre indicadores do mundo do trabalho é essencial para fortalecer a EJA como política reparadora, qualificadora e promotora de equidade.

## **2 Dados e métodos**

Este estudo utiliza os dados do Censo Escolar e da Pnad Contínua, que abrange uma grande variedade de informações sociodemográficas, educacionais e de emprego e renda ao longo do tempo. A partir dos dados em painel da Pnad Contínua, é possível acompanhar os mesmos indivíduos por até cinco entrevistas consecutivas, ao longo de aproximadamente 15 meses, o que permite a realização de análises longitudinais.

A partir dos microdados da Pnad Contínua, utilizamos modelos econométricos para identificar os principais fatores associados à evasão do ensino regular entre jovens de até 20 anos e sua possível migração para a EJA. Também examinamos os fatores que influenciam a decisão de matrícula na EJA entre jovens de 20 a 29 anos fora da escola, assim como as variáveis que favorecem a conclusão do curso entre pessoas com mais de 20 anos.

Para avaliar o impacto da EJA na empregabilidade e renda, aplicamos o método de pareamento por score de propensão para comparar pessoas que concluíram a EJA (grupo de tratamento) com outras de perfil semelhante que não finalizaram a educação básica nem estão estudando (grupo de controle).

Definimos como grupo de tratamento os indivíduos com idade entre 19 e 29 anos que estavam matriculados na EJA na primeira entrevista da Pnad Contínua e que concluíram a educação básica nas entrevistas subsequentes (visitas 2 a 5), totalizando 5.147 pessoas. O grupo de controle foi formado por indivíduos na mesma faixa etária que não haviam concluído a educação básica na visita inicial e permaneceram fora da escola nas visitas seguintes, totalizando 28.876 pessoas. Esse método foi aplicado à população entre 30 e 70 anos.

Para mensurar o impacto da EJA, realizamos uma regressão linear, comparando os dois grupos quanto às seguintes variáveis de interesse: (1) probabilidade de estar empregado; (2) probabilidade de ter emprego formal; e (3) renda real do trabalho. Esses indicadores permitem

avaliar, de forma abrangente, como a conclusão da EJA influencia a inserção e a qualidade das oportunidades no mercado de trabalho.

### **3 Resultados e discussão**

A matrícula na EJA está muito aquém do atendimento da demanda potencial, que em 2023 era de 68 milhões de brasileiros com 15 anos ou mais. Em 2024, o Censo Escolar registrou aproximadamente 2,4 milhões de matrículas na EJA, sendo 1,4 milhão no Ensino Fundamental e 1 milhão no Ensino Médio.

O perfil dos estudantes da EJA é predominantemente formado por pessoas negras, representando 75% do total. Esse percentual é ainda maior na EJA de nível fundamental, com 79%, em comparação a 74% na EJA de nível médio. A maioria dos alunos reside na zona urbana, sendo 94% na EJA de nível médio e 70% na de nível fundamental. Em relação ao gênero, as mulheres representaram 52% do total de estudantes em 2024, enquanto os homens correspondiam a 48%.

A análise de determinantes de matrícula e evasão mostrou que a faixa etária de 18 a 20 anos apresentou maior risco de evasão do ensino regular e migração para a EJA, especialmente quando têm baixa escolaridade prévia. Contudo, probabilidade de evasão é sempre maior do que a de migração para EJA, mesmo quando considerados fatores como renda, sexo, raça e localização. Homens, negros, moradores de áreas rurais e de baixa renda são mais vulneráveis à evasão. Entre jovens de 21 a 29 anos fora da escola, apenas 2% se matriculam na EJA — são, em geral, mulheres, com menor renda e menor inserção no mercado de trabalho. A maternidade/paternidade influencia de modo diferente conforme o sexo e a idade. Entre estudantes já matriculados na EJA, a evasão é maior entre homens, negros, trabalhadores com carga horária elevada, residentes em áreas rurais e responsáveis pelo domicílio. A idade, associada a responsabilidades familiares e trabalho, é o principal fator que dificulta a permanência e conclusão na EJA.

Entre aqueles que concluíram a Educação de Jovens e Adultos há um impacto positivo e significativo na formalização do trabalho, especialmente entre jovens de 19 a 24 anos. Mulheres também apresentam maior formalização e empregabilidade, indicando benefícios mais expressivos nesse grupo. O principal efeito da EJA é a transição do trabalho informal para o formal, com melhores condições, proteção social e acesso a direitos trabalhistas. Ou seja, traz maiores possibilidades de inserção no trabalho digno, tema caro às populações vulnerabilizadas, especialmente mulheres negras que, concentram os menores ganhos no mercado de trabalho (Vieira; Santos; Botelho, 2023).

Em relação à renda, há um impacto positivo no público total sugerindo que, em média, a conclusão da EJA aumenta a renda mensal do trabalho dos indivíduos em cerca de 4,48%. Este resultado é majoritariamente determinado pelo público mais jovem, em que a EJA tem impactos maiores.

Embora os resultados não apontem impactos significativos da EJA sobre empregabilidade, formalização ou renda para indivíduos com 30 anos ou mais, devemos analisar esses resultados com cautela. Fatores como a maior dificuldade de reinserção profissional com o avanço da idade, a permanência em ocupações informais e motivações não econômicas para retornar aos estudos — como autoestima e retomada de projetos de vida — podem ajudar a explicar esses resultados. Muitos enfrentam trajetórias marcadas pela exclusão educacional e laboral, cujos impactos se acumulam ao longo do tempo. Os ganhos simbólicos, sociais e educacionais para os adultos mais velhos são relevantes e também devem ser considerados no desenho de políticas públicas.

## **4 Considerações Finais**

Os resultados desta pesquisa nos apontam, portanto, que há uma insuficiência no cumprimento das funções do Estado em reparar uma dívida histórica de exclusão educacional, especialmente daquele contingente de pessoas com 30 anos ou mais, e de criar condições materiais para facilitem o desafio de conciliação entre trabalho e estudo. Uma estratégia promissora é a integração da EJA com a Educação Profissional e Tecnológica (EJATEC), que pode aumentar a atratividade da EJA ao conectar a realidade do trabalho com a qualificação profissional. Contudo, apesar do potencial do EJATEC e da relevância da pauta no PNE (2013-2023), considerando que a Meta 10 de integrar 25% das matrículas da EJA à EPT, os dados mostram estagnação na oferta há mais de dez anos, com apenas 4,7% da meta alcançada.

Os resultados indicam, ainda, que a conclusão da EJA contribui positivamente para a melhoria das condições de trabalho. No entanto, ainda que os efeitos econômicos sejam relevantes, é essencial ampliar as pesquisas sobre a EJA, investigando seus impactos para além do mercado de trabalho. Como política reparadora, a EJA pode gerar efeitos duradouros sobre autoestima, cidadania e competências socioemocionais.

Por fim, a tarefa que se coloca para as políticas públicas é a do fortalecimento e do investimento no campo das políticas públicas de educação para a modalidade. Este fortalecimento passa, necessariamente, pela alocação de recursos financeiros e orçamentários adequados e suficientes para garantir a infraestrutura, a contratação e formação de profissionais e a implementação de programas que atendam às especificidades do público da EJA. Para que

os investimentos gerem resultados duradouros, é essencial fortalecer políticas focadas na equidade, valorizando soluções locais adaptadas à realidade dos jovens e adultos. Isso inclui promover cultura, emprego, saúde, inclusão digital e condições que garantam dignidade.

## 5 Referências

- BENNETT, P.; BLUNDELL, R. W.; SALVANES, K. G. A Second Chance? The labor market outcomes of reforming access to adult education. *Cesifo Working Papers*, n. 9306, set. 2021. Disponível em: [https://www.ifo.de/DocDL/cesifo1\\_wp9306.pdf](https://www.ifo.de/DocDL/cesifo1_wp9306.pdf). Acesso em: 10 jun. 2025.
- BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 11/2000, de 07 de abril de 2000. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. *Diário Oficial da União*: Seção 1, p. 28, 2000.
- BROUGH, R.; PHILLIPS, D. C.; TURNER, P. S. High schools tailored to adults can help them complete a traditional diploma and excel in the labor market. *American Economic Journal: Economic Policy*, v. 16, n. 4, p. 34-67, nov. 2024. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/pol.20230053>. Acesso em: 11 jun. 2025.
- CATELLI, R.; HADDAD, S.; RIBEIRO, V. M. *A avaliação da EJA no Brasil: insumos, processos, resultados*. Série Documental. São Paulo: Núcleo de Estudos Educação de Jovens e Adultos, 2015.
- HASENBALG, C. A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- MARIANO, F. Z.; SILVA, M. da C.; SANTOS, M. M. dos; BENEVIDES, A. de A. Desigualdade de desempenho no ensino médio: evidências sobre a educação de jovens e adultos. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 33, n. 3, p. 719-747, jul./set. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6351/7950>. Acesso em: 10 jun. 2025.
- MENEZES, M. C. de; CUNHA Jr., A. S. O estado da arte das pesquisas sobre mulheres negras na alfabetização de jovens e adultos. *Odeere*, v. 8, n. 2, p. 92-120, mai./ago. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/odeere.v8i2.12224>. Acesso em: 12 jun. 2025.
- VIEIRA, A.; BOTELHO, L. S.; SANTOS, C. Desigualdades interseccionais entre graduados e resultados no mercado de trabalho no Brasil, 2016–2022. *Laboratorio: Revista de Estudios sobre Cambio Estructural y Desigualdad Social*, v. 34, p. 151–175, 2024. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=10031867>. Acesso em: 10 jun. 2025.